

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 275/2021

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PETROLINA/PE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF nº. 10.358.190./0001-77, com sede na Avenida Guararapes, nº. 2.288, Centro, Petrolina/PE, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**, representada pelo seu Secretário, o Sr. Frederico Melo Machado, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, RG nº 4321944 SSP/PE, CPF nº 963.400.614-00, residente e domiciliado na Rua Alameda das Orquideas, 71, Cidade Universitária, Petrolina/PE, CEP: 56.332-764, doravante designada como **CONTRATANTE RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE** o **CONTRATO ADMINISTRATIVO** nº. 275/2021, que fora celebrado com a empresa **SANJUAN ENGENHARIA LTDA.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Frederico Simões, n.º 153, bairro Caminho das Árvores, na cidade de Salvador/BA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.096.631/0001-56, neste ato representado por seu sócio, o Sr. **Henrique de Araújo Andrade Filho**, nacionalidade brasileira, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o n.º 223.697.245-87 e residente e domiciliado na cidade de Salvador/BA, o que fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente **RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 275/2021** é levada a efeito por **ATO UNILATERAL** da Município de Petrolina/PE, com fulcro no **artigo 79, inciso I, da Lei Licitatória Federal nº. 8666/1993**, considerada a **Justificativa** que segue anexada ao presente, com efeitos a partir de 23.09.2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contrato está sendo rescindido unilateralmente em face do inadimplemento da contratada, de acordo com o inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/1.993 e previsão constante em cláusula contratual, que possibilita o distrato, reduzido a termo, sendo essa uma prerrogativa da Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considere-se que a Contratada foi regularmente notificada, nos termos dos Ofícios que seguem anexados ao **Memorando nº. 50.954/2022 – Plataforma Eletrônica/Sistema 1DOC**, e que não foram apresentadas quaisquer respostas ou defesa, de modo que não fora afastada a responsabilidade pela inexecução/inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão do contrato em epígrafe opera-se de pleno direito e dá por rescindido jurídica e administrativamente o contrato, nas condições expressas, independentemente da apuração de eventuais débitos e respectiva cobrança, pelos meios administrativos e judiciais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão unilateral, ora levada a efeito, não exime a contratada da possível aplicação das sanções e penalidades que porventura venham a ser impostas em razão do descumprimento de disposições contratuais, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Outrossim, a contratada não estará isenta do dever de reparar os danos emergentes do inadimplemento contratual ensejador da presente dissolução de vínculo contratual, os

quais deverão ser todos apurados em procedimento administrativo, com garantia ao contraditório e à ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em consequência da rescisão, deve haver a execução da garantia contratual (art. 80, inciso III, da Lei 8.666/93) e retenção de eventuais pagamentos, incluindo os decorrentes de outros contratos vigentes celebrados com o Município, para compensação com eventuais multas e prejuízos (art. 80, inciso IV, e art. 87, § 1º, da Lei nº 8.666/1993).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá a CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo de rescisão em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas e achado conforme, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco.

E, por assim estarem às partes perfeitamente justas e acordadas com os dispositivos, ora avençados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, e para um só fim e efeito, na presença de testemunhas que também assinam abaixo.

Petrolina, 23 de setembro de 2022.

Frederico Melo Machado

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF/MF Nº _____

2) _____
CPF/MF Nº _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F7B5-47BC-AE38-2CB0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ FREDERICO MELO MACHADO (CPF 963.XXX.XXX-00) em 23/09/2022 12:14:03 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ARYELLE CRUZ RODRIGUES CARVALHO (CPF 059.XXX.XXX-88) em 28/09/2022 08:28:55 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JACIARA DE OLIVEIRA MONTEIRO NOGUEIRA (CPF 051.XXX.XXX-73) em 28/09/2022 08:56:12 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/F7B5-47BC-AE38-2CB0>